



Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul

GEOESTRATÉGIA GLOBAL E DESENVOLVIMENTO NACIONAL NA AMÉRICA LATINA

Publicado no site em 31/03/2010

Euripedes Falcão Vieira^[1]

Marcelo Milano Falcão Vieira^[2]

Resumo

Este artigo trata do desenvolvimento nacional como um processo histórico cujo ritmo está intimamente ligado às condições de formação e evolução das nacionalidades. Nesse sentido, têm-se um desenvolvimento acelerado ou retardatário de acordo com as práticas produtivas, as políticas internas e as condições tecnológicas e institucionais das populações de cada sociedade. Há, portanto, em cada país ou região, um processo de ação produtiva que caracteriza o tempo de desenvolvimento. Delineia-se, assim, o tempo-rítmico de desenvolvimento dos territórios e modos de produção e sobrevivência. No caso latino-americano, particularmente, o desenvolvimento como processo evolutivo dos meios de produção e da qualificação social das populações nacionais esteve condicionado a variáveis históricas, políticas, institucionais e tecnológicas marcadas por confrontos político-coloniais. Conclui-se que a América Latina não está adequadamente enquadrada no novo cenário geoestratégico global, marcado pela formação de blocos econômicos e políticos de poder transterritorial. Para alcançar níveis desejados de desenvolvimento é necessário renovar as estruturas em instituições básicas, principalmente na educação, na cultura, nos programas de ciência e tecnologia, na infraestrutura física e na logística transterritorial.

Palavras-chaves: geoestratégia; desenvolvimento; transterritorialidade; gestão do território; globalização; América Latina.

Abstract

This paper deals with national development as a historical process which rhythm is strongly linked to the conditions of nationalities formations and evolution. In this sense, there is a fast or a slow development process according to population's productive practices, internal policy, and technological and institutional conditions of every society. Therefore, there is a process of productive action that delineates the time and the rhythm of development in different countries and regions. The "rhythmic-time" for territory and modes of production and survival is, therefore, designed. Particularly in Latin America development, as an evolutionary process of the means of production and social qualification of national population, was defined by political-colonial confrontation. We conclude that Latin America is not adequately situated in the new global geostrategic scenario, characterized by the formation of economic and political groups of transterritorial power. In order to achieve desirable levels of development it is necessary to transform structures and basic institutions, particularly education, culture, science and technology programmes, and transterritorial logistic and physical infra-structure.

Key Words: geostrategy, development, transterritoriality, territory administration, globalization, Latin America.

1. Introdução

As geoestratégias econômicas globais desenhadas na configuração tempo-espaço transterritorial é a realidade da época atual. Por geoestratégia entende-se a configuração tempo-

espaço de estratégias globais de produção, transporte e consumo, capazes de mobilizar recursos de infra-estrutura e capital produtivo em territórios organizados ou redefinidos. Nesses territórios geoestratégicos se fazem presentes atores internacionais e locais. Nesse sentido, as regiões, territórios e lugares com funcionalidades econômicas específicas, podem caracterizar um espaço geoestratégico. A geoestratégia dos espaços econômicos globais define uma ação espaço-temporal que transcende à idéia dos espaços compartimentados, locais e regionais nacionais. Portanto, a geoestratégia dos espaços econômicos é, por definição, o conjunto de estratégias aplicadas às conformações transterritoriais; nelas se articulando a importância do lugar, o local da ação, a manifestação de poder e as formas de gestão (Vieira e Vieira, 2003).

A análise das origens do processo de desenvolvimento e o posicionamento geoestratégico da América Latina no mundo global é o objetivo central deste ensaio. Houve uma mudança de época; a transposição da sociedade industrial para a sociedade pós-industrial, com suporte no conhecimento, na informação e nas tecnologias de ponta. Pode-se estabelecer um marco de tempo para o início da mudança de época com ruptura de estruturas, de organização e de comportamento das sociedades. A década 1970 é um marco de consenso, mas trata-se apenas de considerar, analiticamente, o momento no qual o avanço do conhecimento gerou a inflexão nas práticas econômicas e de gestão. O acúmulo do conhecimento se processou nas estruturas nacionais mais avançadas, o que provocou a erupção de novas tecnologias e práticas organizacionais projetadas para o universo transnacional; a mudança encontrou a realidade das desigualdades do tempo-rítmico de desenvolvimento em várias nacionalidades latinas. Pode-se conceituar tempo-rítmico^[3] como o movimento das atividades econômicas, sociais e culturais que produzem o avanço das sociedades nacionais. O tempo-rítmico é, dessa forma, uma categoria explicativa que, aplicada à análise de diferentes conformações nacionais ou regionais, permite estabelecer as diferenças no processo de desenvolvimento. As formas de organização, poder e gestão dos territórios estabelecem, assim, o tempo-rítmico de cada nação.

O desenvolvimento é o resultado da organização social, do processo produtivo, da evolução cultural, produtos de forças combinadas do meio externo e dos impulsos internos das pessoas. Essa perspectiva conduz à compreensão da natureza humana no sentido da necessidade de evoluir. À medida que a sociedade se organiza e tem uma boa base de sustentação interna, o progresso se torna uma conseqüência lógica. Se não for condicionado por fatores estruturais, o tempo-rítmico de desenvolvimento ganha força e aceleração. Tem-se, pois, a caracterização de um processo de desenvolvimento capaz de produzir estágios superiores de civilização para determinada época.

Na América Latina, particularmente, verificou-se o confronto de dois tempos-rítmicos de civilização. O primeiro representado pelo confronto hispânico-nativo, que não eliminou a conformação civilizacional de origem, mesmo com a ocorrência de genocídios; e o segundo confronto, luso-nativo, diferenciado, onde o processo colonialista e a escravidão negra, entre outros fatores, foram importantes para diferenciar o impulso ao desenvolvimento. A forte influência e determinação do padroado, definido por Boxer (2007, p.98) como conjunto de direitos, privilégios e deveres concedidos pelo papa à coroa portuguesa e do patronato em formação, beneficiários dos privilégios, condicionou, de certa forma o desenvolvimento brasileiro por mais de 300 anos.

Há que se distinguir, entretanto, o processo de desenvolvimento que se deu no cone sul da América Austral, decorrente de condições particulares da imigração, notadamente em relação aos fluxos europeus, com impulso nitidamente colonizador. Canclini (2005, p.77) assinala que no período 1848-1939 deixaram a Europa 52 milhões de pessoas, sendo 72 % para os EE.UU, 21 % para a América Latina e 1% para a Austrália. Para a América Latina os maiores contingentes foram para a Argentina, sul do Brasil e Uruguai, sendo 38 % de italianos e 28% de espanhóis. No sul do Brasil houve uma forte migração açoriana (1752-1799, origem e 1800-1875, expansão), alemã (1824-1889, origem e 1890-1924, expansão) e italiana (1875-1899, origem e 1900-1914, expansão), Vieira e Rangel (1993, p. 72, 76 e 80). Os autores destacam para o fluxo açoriano uma antropologia civilizatória, uma mobilidade espacial, uma escala espacial da produção agrícola e padrões sociais de transformação do espaço em propriedades pequenas e médias. Para a colonização alemã o destaque é para a mudança antropológica cujo vulto se cristalizou, a partir de peculiaridades do imigrante alemão, numa matriz cultural nova à sociedade gaúcha. Para os italianos, os primeiros núcleos da colonização formaram áreas espacialmente concentradas, temporalmente muito próximas, de elevado grau de auto-suficiência (p.71-77). Donghi (2005, p.158/59) assinala que a imigração foi um evento de importância desigual ao longo de várias regiões da América Latina: "imigração em massa teve lugar apenas em algumas regiões da margem atlântica: Argentina, Uruguai, Brasil central e meridional".

Na América Latina o processo histórico-estrutural foi, entretanto, majoritariamente, ancorado na forma colonialista de gestão do território. A população nativa somaram-se os densos nichos africanos no Caribe e Brasil que forneciam mão-de-obra de baixo custo necessária ao processo de exploração colonialista. Já o nicho rio-platense no Uruguai, sul do Brasil e Argentina se assentou sobre um território de malha étnica nativa sobrevivente e dispersa da conquista espanhola e portuguesa. A conformação antropológica do território em torno da bacia rio-platense assumiu feições de colônias de povoamento a partir do século XIX. Nesse nicho, particularmente, espanhóis e portugueses açorianos integravam as correntes migratórias de colonização. Formou-se, com eles, e os demais grupos étnicos europeus, alemães e italianos, principalmente, a identidade própria desta área do cone sul.

Na América do Norte a conformação colonizadora e independente da ocupação dos espaços de assentamento e produção e os princípios da ética protestante imprimiram o tempo-rítmico acelerado ao progresso material e social distinto daquele da América Latina. Conforme Karnal et outros (2007, p.14) "os olhos dos imigrantes queriam as terras fartas e as promessas de um sonho americano de ascensão social". Foi com esse ímpeto que a configuração histórico-estrutural ganhou impulso e se auto-sustentou, impondo uma dinâmica de desenvolvimento (endógeno de alta energia) baseada nos pressupostos de valorização pessoal pelo esforço produtivo, pela criatividade e pela inovação. Os colonizadores da América do Norte "não eram mercenários, mas pioneiros; não vinham para conquistar, mas para colonizar" Galeano (1978, p. 145). Ao estabelecerem as 13 primeiras colônias a leste iniciaram, na verdade, a construção do que viria a ser conhecido como "novo mundo".

Na América Latina ocorreu o inverso. A conformação colonialista de exploração dos recursos naturais, dominação política e econômica externa de longa duração, com algumas ressalvas para o México, a Argentina e o Brasil, a ética religiosa de submissão, produziram, como a realidade vem mostrando ao longo dos anos, uma dinâmica (desenvolvimento de baixa energia) com atividades econômicas caracterizadas pela falta de inovação e de impulso para a mudança. Donghi (2005, p.12) lembra que embora sob forte pressão dos rivais, "desde a Jamaica até a Colônia do Sacramento no rio da Prata, o domínio espanhol cedeu em mais de um lugar; mesmo assim, o império chegou quase intacto até 1810". Um tempo longo para consolidar o modelo estrutural-político-institucional de sociedade implantado. Mesmo após as lutas pela independência, as nacionalidades republicanas formadas seguiram o curso colonial, sob a forma neocolonial, como ocorreu, também, no Brasil imperial.

A abordagem histórico-estrutural tem sua lógica conseqüente: formaram-se dois processos de desenvolvimento. Um foi criado e desenvolvido por forças endógenas, o do norte; o outro, ao sul, foi trasladado (forças exógenas), imposto pela força das armas e pela doutrinação religiosa. Nos dois processos de desenvolvimento há um fator fundamental: a ética religiosa. No norte (EE.UU.), o protestantismo anglo-saxônico de valorização material da vida, do crescimento individual e coletivo foi uma inegável força interna ao impulso do desenvolvimento. As comunidades em formação tinham o incentivo da ética protestante no sentido de educar, lutar, avançar, qualificar, dignificar a existência e dinamizar atividades econômicas própria aos interesses do novo mundo que estavam criando. Galeano (1978, p.145) assinala que "os colonos da Nova Inglaterra, núcleo original da civilização norte-americana, não atuaram nunca como agentes coloniais da acumulação capitalista européia; desde o princípio, viveram ao serviço de seu próprio desenvolvimento e do desenvolvimento de sua terra nova". Ainda no plano religioso, a caridade não estava presente, assim como a submissão; a força que se irradiava era do estímulo ao trabalho produtivo, à educação, à criação de novas tecnologias de produção e aos meios de expansão das atividades econômicas. Essa é uma variável analítica relevante, pois estabeleceu, na América do Norte, nomeadamente, nos Estados Unidos, o ambiente social e tecnológico favorável à dinâmica de um tempo-rítmico acelerado.

Na América Latina o cenário de início foi diferenciado. A expansão ibérica na América foi por meio da conquista colonialista, do domínio e exploração dos recursos naturais e da população nativa. Para o êxito de uma missão de grande envergadura espacial, extraterritorial, o suporte na ética católica se tornou indispensável. Para os reinados ibéricos, como para a própria estrutura da ordem católica, os interesses eram convergentes. A ética católica trouxe para a América Latina, nas duas faces oceânicas, o preceito religioso da submissão, do conformismo, da pobreza material e da vinculação desses valores à transcendência da vida.

A ordem política implantada, os vice-reinados, e suas estruturas internas, "uma ordem social colonial dominada por características feudais, presentes indubitavelmente nas relações sociais e econômicas de vastíssimos setores primários" (Donghi 2005, p.13), asseguraram as práticas econômicas trasladadas e adaptadas, internamente, sob forte poder de controle aos interesses das coroas ibéricas. Não houve, por vários séculos, e esse tempo longo faz uma

diferença essencial, a possibilidade de se criar um processo de desenvolvimento próprio, nascido e desencadeado pelas forças endógenas das diversas comunidades nacionais.

Muito mais tarde, e tarde demais, cerca de 400 anos, emergiria um pensamento latino, a teoria cepalina para desenvolvimento, na verdade, o primeiro e mais importante pensamento crítico para a América Latina. Primeiramente, na formulação teórica, mas que seria aplicado, logo a seguir, com suporte nos importantes fundamentos elaborados, em planos estratégicos de desenvolvimento, como se verificou, com sucesso, no Brasil entre 1930 e 1980. Esse pensamento crítico viria a ter caráter seminal, pois projetaria alguns países, entre eles o Brasil, a Argentina e o México, como potências industriais, competindo em nível global numa estratégia de produção de insumos e montagens, paradigmas da atual geoestratégia global. A partir de 1980, entretanto, esse pensamento desenvolvimentista não foi suficiente para posicionar a América Latina no novo cenário geoestratégico mundial, caracterizado pela formação de blocos econômicos, políticos e de poder transterritorial.

2. Origens dos Diferentes Tempos-Rítmicos de Desenvolvimento Nacional na América

O desenvolvimento é um processo cuja velocidade de desencadeamento depende da energia agregada. Naturalmente, as bases iniciais do processo são fundamentais ao tempo-rítmico do desenvolvimento. As bases iniciais de um processo de desenvolvimento podem caracterizar-se como energia agregada alta-qualitativa ou baixa-qualitativa. A primeira refere-se ao de transferência populacional com a finalidade de colonizar, estabelecer novas bases institucionais e firmar nova nacionalidade e, portanto, numa nova dinâmica de relações. A segunda diz respeito à conquista, domínio e exploração para simples transferência de riquezas. São, na verdade, dois processos históricos contrastantes que se verificaram no contexto americano.

No processo de colonização e desenvolvimento da América do Norte (EE.UU.) a energia agregada caracteriza-se como alta-qualitativa por determinação da vontade colonizadora de produzir uma nova nação, um novo modo de vida, uma nova forma institucional à organização da sociedade. O impacto sobre o território foi decidido eliminando-se os obstáculos que se opunham ao avanço da ocupação e posse. A nova ordem foi se estabelecendo, sem concessões às estruturas internas pré-existentes e às influências externas, de modo que cedo foi institucionalizada uma nação, na forma republicana e democrática. Como assinala Furtado (2000, p. 10) "o progresso não surge necessariamente da "lógica da história", mas está inscrito no horizonte de possibilidades do homem, e o caminho para alcançá-lo é perceptível pelo senso comum. Tudo se resume em dotar a sociedade de instituições que possibilitem ao indivíduo realizar plenamente suas potencialidades". Foi o que aconteceu. A América Anglo-Saxônica logo se tornou a América "americana", ou seja, adquiriu identidade própria, com instituições que se tornaram a base da nacionalidade em modelo diferenciado de sua origem. Algo novo foi criado, desenvolvido em tempo-rítmico acelerado, pouco comum na história das civilizações.

Trata-se, pois, de um processo no qual não houve marginalidade em relação à Europa Ocidental; ao contrário, uma nova ordem civilizadora, uma nova nacionalidade se impunha tanto no campo político, como econômico. É de se ressaltar, também, a importância institucional da América, com seus símbolos de liberdade e democracia que deixavam para trás as estruturas políticas da Europa. A América tornava-se o símbolo do novo e das novas oportunidades, de geração de oportunidades de trabalho e criatividade nos diversos setores da economia. O processo de industrialização, por exemplo, foi de tal dinamismo que pouco mais de um século da independência, os Estados Unidos da América se tornaram a segunda potência mundial em produção industrial e logo adiante seria a primeira.

Na verdade, a América do Norte, nomeadamente os Estados Unidos, não passaram pela fase do retardamento extrativista. No processo de desenvolvimento essa constatação é de fundamental importância, pois define, acima de tudo, o grau de independência adquirido no alvorecer da civilização que se implantava. Independência, soberania, identidade e carisma nacional foram valores consolidados que raramente são encontrados no somatório de nação que se forma e firma com um novo modelo de civilização. Isso não elimina da análise aspectos negativos, de métodos de domínio e acréscimos territoriais. Contudo, esses aspectos não são objetos deste texto. O que se analisa são as razões de um tempo-rítmico acelerado, independente, próprio e soberano de desenvolvimento, em contraste com outro de natureza exploratória e dependente que ocorreu na América Latina.

Na América Latina houve um processo de conquista imperial. Não foi propriamente uma ação migratória em busca de terras para colonizar, implantar uma nova civilização. Foi, na verdade, ocupação, domínio e traslado de métodos, estruturas e organização que garantissem uma vasta área continental como um território marginal, a ser explorado em seus recursos naturais e humanos. Essa marginalidade seria chamada à atenção mais tarde por Sarlo (2006) como uma marginalidade tributária em relação ao primeiro mundo, fato também assinalado por Donghi (2005, p. 12). A conquista ibérica, particularmente a espanhola, mais definidora da latinidade como é tomada a partir principalmente dos Estados Unidos, não colonizou, não implantou um sistema de produção, com algumas exceções para México, Argentina e Brasil, não institucionalizou um novo modelo de governo, não criou possibilidades de liberdade, democracia, leis e costumes que caracterizassem primórdios para uma ou mais nações.

De certa forma, a condição nativa de atraso em relação aos colonizadores era do interesse dos conquistadores, pois representava, acima de tudo, a manutenção de identidades antropológicas que favoreciam a ação externa. O modelo institucional ibérico foi literalmente trasladado para o continente latino e imposto com práticas de barbarismo apoiadas pela crença dominante. Em muitos relatos, representantes do catolicismo imposto denunciavam a violência e a exploração sem, contudo, qualquer reação oficial religiosa ou política (Frei B. de Las Casas, 2001). O cenário foi montado para séculos de domínio e manutenção da pobreza, da incultura e da submissão. Tal cenário representa "a natureza histórica e circunstancial de sua condenação à pobreza", segundo Ribeiro (1970, p.588). Portanto, o tempo-rítmico do desenvolvimento latino-americano não poderia incorporar uma alta energia qualitativa de desenvolvimento.

As instituições políticas ibéricas foram trasladadas sob a forma de "vices reinados" e até reinado como num breve período no Brasil. Como todo o modelo político-institucional e econômico era externo, não se projetou nenhuma forma de desenvolvimento endógeno. O mundo latino seguiu seu curso por séculos, com "dependência estrutural", conforme Mészáros (2004, p.28), autoritarismo, populismo, pobreza, em tudo que representava a consolidação original da conquista. Não houve inflexão a novo modelo de impulso ao desenvolvimento. As estruturas agrárias e mineradoras mantiveram-se sólidas pela via política e pela supremacia econômica externa.

A condição das populações nativas foi outro fator fundamental. Não havia interesse em qualificar o *status* de vida das populações locais. O abismo de classe se aprofundou à medida que progredia a aristocracia de origem rural. Uma forte cumplicidade se formou entre grupos oligárquicos, os "agentes coloniais" (Galeano, 1978, p.145), isolando cada vez mais os nativos e a mestiçagem que se formou.

As lutas pela independência não mudaram as condições sociais, políticas e institucionais. Elas apenas estabeleceram novos limites geográficos para os países em definição num cenário geopolítico de desigualdades e pobreza que avançou no tempo. No extremo sul se instalou o nicho rio-platense, com forte e diversificada colonização européia. O tempo-espaco de colonização no sul do Brasil, entretanto, introduziu técnicas produtivas trasladadas pelos imigrantes alemães e italianos, particularmente, o que condicionou a evolução do sistema espacial produtivo diferenciado em relação ao restante do Brasil. Mesmo assim, no conjunto, o Brasil se manteve como um país de latinidade atlântica agrária, retardatária e dominada pela oligarquia dos campos. A grande mudança, nessa situação, ocorreu somente em 1930 com a revolução da Aliança Liberal liderada por Getúlio Vargas. Inicia-se um processo longo, com abalos institucionais, mas com medidas que representariam avanços substanciais na ordem econômica latino-americana.

Curiosamente, os condutores da revolução de 1930 eram, na maioria, homens do campo, do ambiente conservador rural, pouco permeável às mudanças e à renovação da sociedade. Passar do comando dos caudilhos e ruralistas para uma sociedade de livre representatividade e industrial era um fato político-histórico novo. Não só não havia bases de sustentação para eleições idôneas como não havia nenhuma infra-estrutura para o processo de industrialização. Uma iniciativa importante foi criar, em 1934, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, dando início à coleta de dados primários, transformando-os em informações e conhecimento da realidade brasileira. Na década de 40 foi criada a Companhia Vale do Rio Doce e a Companhia Siderúrgica Nacional que se tornariam o marco do processo de industrialização do país.

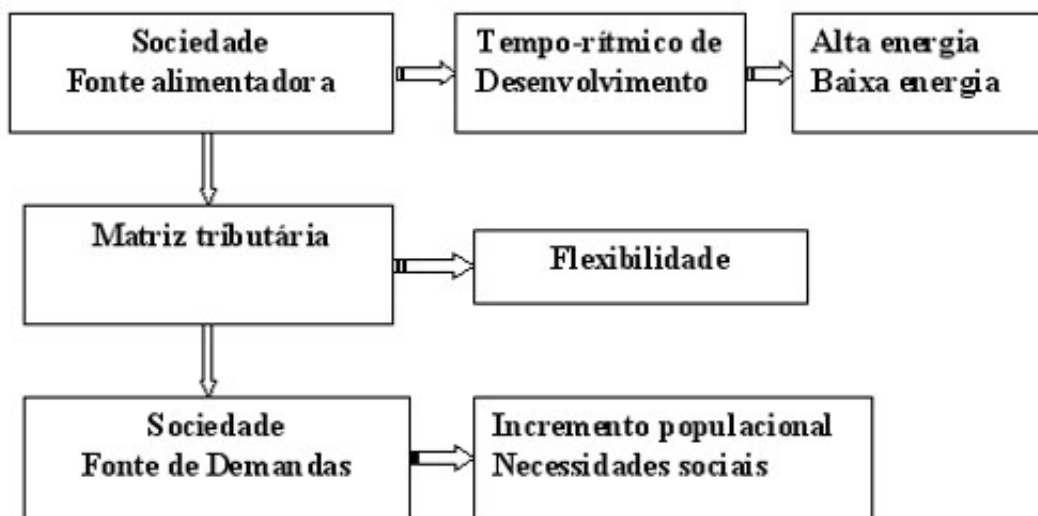
A partir de 1950, ainda com Getúlio Vargas, agora em mandato eletivo, foi criado o plano estratégico de desenvolvimento da infra-estrutura econômica, com a criação de grandes organismos estatais de apoio ao desenvolvimento como Petrobrás, Eletrobrás, Telebrás, BNDE-Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico que se tornariam peças-chaves na

transformação do Brasil em contexto industrial. Foi relevante, no período, a evolução da idéia de um pensamento crítico para a América Latina, esboçado pela CEPAL. Baseados nos planos de desenvolvimento econômico cepalinos, os governos brasileiros no período de 1950-1980 deram ênfase ao planejamento e à implantação de infra-estrutura que pudesse permitir ao país vencer o ciclo agrário primário e ingressar, ainda que tardiamente, na modernidade industrial. Tanto o plano de desenvolvimento da infra-estrutura de Vargas, como o Plano de Metas de Juscelino e os Planos Estratégicos de Desenvolvimento – PND I e II do ciclo militar colocaram, em 30 anos, o Brasil como a 8ª potência industrial do mundo.

Mas um fato importante a ressaltar no tempo-rítmico de desenvolvimento para o conjunto da América Latina é como se estabeleceu a matriz tributária para que pudesse dar sustentação ao poder político e às necessidades da população. Há uma distinção a ser feita em relação às matrizes tributárias, iniciais: a América Anglo-Saxônica, já com a identidade de Estados Unidos da América, nacionalidade, territorialidade e estrutura econômica consolidadas, criou sua própria matriz tributária. A América Latina utilizava, por imposição, as matrizes ibéricas, espanhola e portuguesa. Nos EE.UU. a matriz tributária era alimentada pela sociedade que dela demandava investimentos públicos e privados. Não era o foco, mas a intermediação financeira de sustentação do Estado e da nova nação. Na América Latina, ao contrário, a matriz tributária era o foco, ou seja, arrecadar para manter e transferir resultados para as metrópoles dominantes. Tal situação perdurou até a proclamação das repúblicas nativo-hispânicas e a brasileira.

Por essa razão, por paradoxal que pareça, a sustentação do Estado latino esteve, por longo tempo, focado na matriz tributária externa. Era a lógica do sistema colonial. Há pressupostos antecedentes e igualmente posteriores à matriz de tributação que se traduzem em equilíbrio ou desequilíbrio nos gastos públicos. A Figura 01 esquematiza o sistema interligado de fonte alimentadora, carga tributária e demandas de recursos:

Figura 01: A condição da matriz tributária em relação à sociedade



O primeiro pressuposto a considerar é naturalmente a fonte alimentadora dos recursos públicos, ou seja, o desenho de uma matriz tributária capaz de atender às demandas sociais. A fonte alimentadora é a sociedade por meio da legislação tributária imposta. No desenho da matriz tributária forma-se uma complexa rede de tributos que representam a participação da sociedade não só ao atendimento do funcionamento dos serviços públicos, como na montagem da infra-estrutura necessária ao processo de desenvolvimento. É linear pensar que um tempo-rítmico de desenvolvimento em sistema produtivo de alta energia irá, conseqüentemente, carrear à matriz tributária um volume maior de recursos, favorecendo o próprio processo de expansão da economia. A lógica contrária, baixa energia, aponta para um tempo-rítmico de desenvolvimento menor.

Há uma correlação de forças fundamentais atuando sobre a matriz tributária: de um lado a fonte alimentadora e de outro as demandas sociais. Ora, numa economia de alto desempenho e inovação a tendência é formar-se uma fonte alimentadora forte e de alta energia, com fortes aportes na matriz tributária. Desenvolve-se, a partir daí, uma razão positiva, pois quanto mais recursos na matriz mais investimento, mais desenvolvimento e melhores condições sociais. A economia cresce, a sociedade em seus vários segmentos avança, em cultura, ciência e tecnologia. Se há expansão das atividades econômicas as novas fontes alimentadoras agregarão

recursos suficientes à matriz para o atendimento das demandas sociais resultantes da expansão da população e das exigências em qualidade de vida. A gestão política, o legado histórico econômico e cultural, e o impulso individual e os incentivos à melhoria material da vida são, naturalmente, fundamentos essenciais.

A expansão da população gera sempre maiores demandas sociais. Se o tempo-rítmico de desenvolvimento for de alta energia essas exigências serão atendidas com o aumento de recursos carreados à matriz, independente de aumento de carga tributária. A carga tributária torna-se estável ou até pode regredir em casos específicos, pois há forte compensação na dinâmica econômica. Na América Latina não houve uma conformação tributária nesse sentido. A matriz tributária estava fora, imposta pelas metrópoles dominantes, cuja finalidade principal era transferir recursos e manter os custosos modelos institucionais implantados nas América do Sul e caribenha. Não se tratou de implantar um sistema tributário voltado às demandas da população. Obtinha-se, dessa forma, mais uma fonte de recursos para as instituições imperiais ibéricas, dentro e fora da territorialidade latino-americana do que, propriamente, para atender, dentro de padrões evolutivos, as demandas da população.

O processo de desenvolvimento de baixa energia, com suporte em tecnologias primárias de produção agrícola e ampla exploração e exportação de recursos minerais com preços aviltados, conduziram a um processo lento de desenvolvimento, gerando pobreza, e estruturas burocráticas vultosas e assistencialistas. Como a matriz tributária não tinha a flexibilidade no sentido de lidar com as fontes de recursos com base no desenvolvimento de alta energia que compensasse o aumento das demandas sociais, o resultado foi a criação de cenários deficitários, de endividamento para o Estado e de pobreza para a grande maioria da população. Estado que ainda hoje perdura, com os países latinos entrando fundo no mercado de dívidas públicas e grandes contingentes populacionais vivendo abaixo da linha de pobreza.

O mercado das dívidas públicas tornou-se um eldorado para as instituições financeiras privadas, criando, contudo, cenários de dificuldades para os Estados nacionais. Os lucros com os papéis dos governos são vultosos e a conta de juros dos governos está acima das possibilidades de superávits primários. Isso obriga a rolagem de dívidas e venda de mais papéis para complementar o pagamento de juros, sempre acima das possibilidades de fortes contingenciamentos orçamentários produtores de superávits primários. O resultado é a elevação contínua do endividamento público. Vieira e Vieira (2004, p.128) estabeleceram uma formulação teórica para a relação grau de endividamento/capacidade de resgate/tempo:

Quanto maior o for grau de endividamento, menores os prazos de resgate, maiores as taxas de juros e de risco; a capacidade de responder aos compromissos da dívida será cada vez menor o que, por sua vez, exigirá a ampliação da faixa do superávit primário. Quando o volume da dívida e os limites da capacidade de pagamento se igualam no tempo projetam uma linearidade, de movimento zero; o sistema atinge seu ponto de saturação e logo se desequilibra numa projeção negativa: é a quebra e, com ela, a moratória e o caos social.

A dívida pública assume um papel relevante na matriz tributária. Torna-se necessária a previsão de superávits primários cada vez mais elevados, contingenciamentos em investimentos de infra-estrutura e sociais, o que dramatiza a condição de existência de grandes contingentes populacionais. O peso da carga tributária crescente, em cenários de baixa energia de desenvolvimento produz, conseqüentemente, o empobrecimento da população, particularmente, o da classe média, ponto de equilíbrio em sociedades de grandes desigualdades sociais, ou seja, entre os poucos mais ricos e os muitos mais pobres. O abandono dos planos de desenvolvimento, especificamente, no caso brasileiro, deteriorou a base de infra-estrutura física (rodovias, ferrovias, portos, energia) como igualmente minou as bases do emprego, da distribuição de renda e da qualidade existencial de grande parte da população. Perdeu-se, progressivamente, o que Barquero (2001, p.39) classifica como "uma estratégia de ação", complementando que o desenvolvimento endógeno é um conjunto de fatores determinantes da acumulação de capital que se cria no entorno do qual se formam processos de transformação e de desenvolvimento das economias. Torna-se, portanto, a base de sustentação do desenvolvimento nacional.

O retardo no tempo-rítmico de desenvolvimento está muito vinculado aos modelos locais repetitivos, sem a introdução de métodos inovadores e uso de novas tecnologias. A falta de políticas públicas de ampla formação técnica responde pelo grande descompasso entre as diversas camadas da sociedade.

As políticas públicas na América Latina têm se ocupado, nas últimas décadas, com projetos de reformas fiscais, políticas cambiais, abertura econômica, ajustes macroeconômicos

(Silveira, 2005; Barquero; 2001; Kuczynski & Williamson, 2004; De Bem, 2003), seguindo as recomendações de "centros hegemônicos potenciais ou ativos, que sempre lhe impuseram uma boa parte de suas opções", como afirma Rojas (2004, p. 26). As chamadas reformas institucionais recomendadas pelo Consenso de Washington não deram os resultados preconizados, ao contrário, trouxeram graves crises nos países latinos, particularmente, no Brasil, México e Argentina.

O desenvolvimento em sólida base nacional permitiria, na atualidade, a inserção e a participação latino-americana no processo global com vantagens competitivas mais claramente definidas. Os resultados, positivos ou negativos dependem, fundamentalmente, das políticas públicas desenvolvidas. O tempo-rítmico de desenvolvimento, portanto, ficou preso aos padrões seculares de práticas econômicas, acentuadamente primárias, a uma educação repetitiva e formal, a uma condição social de desigualdade sob conformismo lógico e relações entre os países do continente e fora dele baseadas em alinhamentos políticos nem sempre favoráveis à caracterização de um comportamento e pensamento crítico latino-americano. Como assinala Rojas (2004, p. 25) é preciso "conectar nosso tempo presente aos distintos passados que o explicam e lhe atribuem sentido". Essa perspectiva coloca a visão do desenvolvimento histórico-estrutural da América Latina e a necessidade atual de integração transterritorial na nova ordem econômica mundial.

3. Integração Transterritorial do Desenvolvimento

A realidade atual mostra um cenário de desenvolvimento transterritorial. Isso significa que as nações precisam, além dos seus próprios projetos de desenvolvimento, se integrar na nova ordem econômica internacional. Projetos de desenvolvimento na atualidade têm um referencial decisivo à integração positiva dos territórios nacionais aos processos econômicos e culturais em andamento sob a metáfora globalização, que é a geração de conhecimento. Como assinalou Boisier (2005, p.50) "o conhecimento, como se sabe, é, sem dúvida, o eixo central da globalização ou da fase tecnocognitiva do capitalismo e da progressiva conformação de uma sociedade do conhecimento". A geoestratégia global das grandes unidades de produção tem suporte na alta tecnologia, criando, para tanto, os espaços globais em territorialidades nacionais. Essa prática pode ao mesmo tempo representar territorialização ou desterritorialização do conhecimento. Territorialização no sentido de criar um lugar-global onde se instala e desenvolve o conhecimento avançado; desterritorialização porque a conexão não é nacional e sim global.

Países asiáticos espalharam, nas últimas décadas, jovens para formação avançada em grandes centros do conhecimento global. Além disso, promoveram profundas mudanças no sistema de ensino. Somados, os dois fatores produziram conhecimento nacional como produto de exportação, e promoveram a integração transterritorial.

Na América Latina, a formação de blocos econômicos, como o Mercosul, sempre enfrentou grandes dificuldades políticas. Após mais de 10 anos o Mercado Comum do Cone Sul não se consolidou e representa hoje apenas uma caricatura do que poderia ser um forte elo de integração regional transterritorial. Divergências políticas, infiltrações ideológicas e perda de atualidade condenaram o bloco a uma existência sem acordos importantes e sem poder. A Ásia tem dado exemplos de grandes associações comerciais, formação de blocos envolvendo populações acima de um bilhão e PIBs superiores a trilhões de dólares. A China e a ASEAN (Associação de Nações do Sudeste Asiático) assinaram em 2007 um acordo para criação da maior zona de livre comércio do mundo, com 1.7 bilhão de pessoas. Alguns acordos são intercontinentais como APEC (Fórum Econômico da Ásia e Pacífico), do qual fazem parte membros do poderoso acordo NAFTA (Canadá, Estados Unidos e México) e mais os países andinos Chile e Peru, com um total de 2,5 bilhões de pessoas, o que cria um ambiente de negócios de grandes dimensões transterritoriais em vários continentes.

As economias latinas, embora as várias tentativas, não consolidaram uma associação forte de livre comércio intra-regional e de estratégias para o comércio global. Sem convergências importantes nos interesses comuns e profundas discordâncias nas relações mais complexas, é natural considerar as dificuldades na formação da ALCA, um acordo para todas as Américas, conforme estava prevista para o ano 2005.

Uma associação americana, embora as grandes e profundas diferenças nos preços primários, falta de valor agregado aos produtos básicos, a não geração de tecnologias inovadoras, enfim, um abismo de situações econômico-sociais e culturais, ainda assim, seria possível, com negociadores competentes a estabelecer princípios de convergência de interesses e práticas

justas de comércio continental. Isoladamente, o que os países da América Latina podem conseguir nesse campo é uma condição subalterna, de pouca significação para o desenvolvimento interno de cada um deles.

Não é sem razão que atualmente a América Latina não só está deslocada dos grandes movimentos produtivos mundiais, como mergulha em políticas populistas de confronto com os pressupostos da integração econômica global e rejeito a princípios democráticos que deveriam ser aperfeiçoados. Há uma nova ordem econômica mundial que se consolida e amplia sob a metáfora da globalização. Essa ordem “vem sendo modelada em diferentes formatos geográficos [...]. Nesse sentido há fortes articulações à definição de geoestratégias para os espaços econômicos globais (Vieira e Vieira, 2007)”.

A dinâmica global está caracterizando uma ordem de seqüências econômicas produzidas numa configuração transterritorial. As territorialidades são fragmentadas em lugares logísticos às estratégias das grandes unidades de produção. Formam-se os lugares-globais para as unidades de produção, interligadas em redes, cujas ações se tornam quase sempre independentes dos países onde se situam. As redes virtuais garantem a movimentação dos fluxos de demanda e poder independentes dos autolimites territoriais. Nesse sentido, fica bem caracterizada a desterritorialização dos territórios nacionais em termos de operacionalização dos lugares-globais. Quatro pressupostos são fundamentais no novo tempo-espaço econômico global: 1) queda das barreiras espaciais; 2) a operacionalização dos lugares-globais; 3) livre movimentação de capitais; e 4) fluxos cruzados de produção.

Numa economia regionalizada, particularmente, esses quatro pressupostos definem uma dialética para os lugares. Tem-se o reordenamento territorial, a produção global, o tráfego policêntrico e o mercado. Se havia uma sociedade simbólica nacional agora passa a coexistir uma sociedade simbólica transterritorial. No conjunto, e numa visão holística, pode-se afirmar que há uma sociedade global interativa em sistemas de produção, geração de riqueza e cultura.

Nesse painel de mudanças organizacionais, de concepções territoriais e transterritoriais inovadoras e comportamentos coletivos de países impõe-se saber se a América Latina está se integrando ou se isolando no mundo global. O que se torna fundamental na análise é saber até que ponto as estruturas econômicas, sociais e culturais estão mudando de modo favorável internamente. A integração será tanto mais forte quanto mais forte forem as bases do desenvolvimento endógeno.

Na América Latina não houve nenhuma grande revolução nas bases que poderiam levar aos projetos de desenvolvimento interno, associados aos de desenvolvimento global. Isso não ocorreu em fundamentos impostergáveis como educação, ciência, tecnologia, estruturas organizacionais e modos de produção.

Dominada por duas idéias que prosperaram em tempos diferentes, a América Latina viu-se diante de uma realidade imposta pelas razões de origem já referenciadas, a da relação centro-periferia e a outra, mais tarde, conhecida como Consenso de Washington. A relação centro-periferia é uma realidade histórico-estrutural. Tal categoria possui alto potencial analítico, projetando a necessidade dos países periféricos desenvolverem estratégias produtivas e inovadoras de desenvolvimento, capazes de permitir uma inserção adequada no processo de globalização.

O Consenso de Washington ao substituir os últimos resquícios cepalinos dos projetos de desenvolvimento endógeno representou, a partir de 1989, o novo ideário para o crescimento latino-americano, já na visão global da economia. Tem-se, a partir desse marco, uma importante substituição conceitual: o desenvolvimento deixou ser um projeto nacional para o fortalecimento interno dos países latinos, adotando-se, em seu lugar, o conceito de crescimento ancorado em marcas de desempenho, principalmente, financeiro, e com financiamentos externos, ou seja, uma entrada em grande escala no mercado global de dívidas públicas.

Os projetos de desenvolvimento endógeno, particularmente, no Brasil, tinham uma participação ativa do Estado, diretamente ou por meio de financiamento em agências oficiais. Os programas de crescimento representaram a volta da “ortodoxia de mercado (...). A aplicação de fortes programas de estabilização, a abertura ao comércio internacional, o ingresso de recursos financeiros e investimentos privados estrangeiros e uma política generalizada de privatizações” (Iglesias, 2006, p.11). As estatais estratégicas e os principais ativos privados foram transferidos ao controle das corporações transnacionais, deslocando importantes comandos internos para o exterior. Em muitos casos, as privatizações contaram com apoio financeiro interno e oficial.

Essa forma de inserção global teve aspectos altamente negativos, pois privilegiou,

demasiadamente, o setor financeiro e acelerou o endividamento público. A participação das nações latinas na ordem global deveria ter ocorrido de forma natural pelo valor agregado aos seus produtos primários e pela geração de conhecimento científico e tecnológico.

Pode-se, portanto, dizer que a América Latina entrou, quando entrou, na economia global, de maneira periférica. Sem políticas de desenvolvimento baseadas no planejamento interno, a abertura econômica não trouxe benefícios sociais, ao contrário, aumentou as desigualdades, aprofundou a violência, e ampliou as diversas categorias dos "sem alguma coisa" e a insustentabilidade do meio ambiente. Nesse último item vale lembrar Sachs (2006, p.11), para quem "o desenvolvimento é um conceito essencialmente ético, fundamentado sobre dois postulados de solidariedade que se complementam: 1) solidariedade sincrônica com as gerações presentes, o que nos remete ao campo social; e 2) a solidariedade diacrônica com as gerações futuras, o que nos remete ao campo ambiental."

Os demais itens (dimensão ecológica; abordagem sistêmica; evolução sociopolítica do sul decepcionante) são bem conhecidos e recorrentes se olharmos ao passado, e preocupantes, e de poucas perspectivas, se olharmos para o futuro. No presente, dura, real e trágica vivência para grandes contingentes de todas as latinidades americanas.

4. Gestão Compartilhada dos Espaços Econômicos

A geoestratégia global é uma configuração tempo-espaço onde se localizam os lugares econômicos, sedes das unidades globais de produção, interconectadas aos centros da ação econômica. Para cada espaço econômico regional ou macrorregional são elaboradas estratégias de produção e compartilhamento de gestão dos territórios. São componentes da gestão compartilhada de territórios: alianças estratégicas, formação de blocos econômicos, identidades nacionais, distribuição de poder e governança global. A conformação territorial da governança global pressupõe uma gestão integrada onde se mapeiam os problemas que afetam a totalidade global, como por exemplo, a sustentabilidade dos ambientes naturais, as questões sociais, as identidades nacionais, o poder e a influência.

Estabelecer e participar de geoestratégias globais significa estar em sintonia com a realidade que se desenrola na atualidade. É, pois, importante formular políticas públicas modernas, permanentemente atualizadas, capazes de proporcionar o desenvolvimento interno e a partir dele participar ativamente das alianças estratégicas globais. Tanto sob a forma de inclusão em blocos econômicos, como participação em amplas associações de livre comércio, a ação política deve estar voltada para os interesses sociais internos, o fomento à cultura e à formação permanente de novas capacitações em capital humano.

Em havendo, como já foi mencionado neste trabalho, um Fórum Econômico da Ásia e do Pacífico (APEC), como uma aliança estratégica intercontinental, poder-se-ia pensar num Fórum Econômico dos Países Atlânticos (FEPA), visando o compartilhamento e a regulação de interesses comuns. O cruzamento dessas alianças, em nível global, estenderia as geoestratégias e gestão de territórios a todos os países em condições de gradativa equalização de interesses. O objetivo maior seria a equanimidade nas relações internacionais em espectro amplo. Aos poucos seriam eliminadas as formações de grupos de países (G-7, G-5 e outros) que têm um marco discriminatório e corporativista dominante, por relações mais flexíveis, abertas e cooperativas na gestão dos problemas comuns. Progressivamente evoluíam os princípios de uma governança global sem afetar as identidades nacionais.

Os espaços nacionais transterritorializados pelas unidades estratégicas de produção global passam a ter uma categorização especial, pois não devem de um lado representar perdas da exclusividade territorial e, de outro, a funcionalidade econômica deve ser compartilhada. Isso significa, ao mesmo tempo em que se mantém o domínio territorial, que os países garantam as funções do território para práticas econômicas globais, delas participando, compartilhando resultados e gestão. A transterritorialidade produtiva é presentemente um fenômeno geral e amplo na ordem econômica global. Produz-se e se cruzam componentes para montagem final em lugares-globais, a serem dirigidos aos macromercados de consumo. Como dessa transitividade econômica o poder é imanente, a gestão integrada das territorialidades afetadas deve ser cuidadosamente negociada. Cada país, em suas estratégias globais, alianças, associações, blocos, deve estabelecer princípios de ordenamento jurídico para a distribuição do poder sem perda de soberania sobre a territorialidade nacional.

Compartilhar soberanias e integração da gestão de territórios supranacionais para

aplicação de geoestratégias produtivas com significados para o processo de desenvolvimento nacional, não é subordinação. Ao contrário, é participação na produção, e distribuição justa das riquezas produzidas com equilíbrio de poder institucional.

Ao contrário de algumas tendências na análise desses fenômenos típicos da globalização, não há processos formais de desnacionalização, perda da soberania ou, ainda, desaparecimento do Estado-Nação (Sassen, 1999; Ohmae, 1996). O que está em andamento, malgrado as distorções sistêmicas, é a gestão integrada da produção global. A União Européia oferece o exemplo de integração avançada, gestão compartilhada e, ao mesmo tempo, manutenção de identidades nacionais. Como acentuam Vieira e Vieira (2003, p.109) "ainda que submetido a influências ou dependências externas, o Estado nacional deteve o poder sobre as atividades internas e, sobretudo, construção do processo de desenvolvimento". Em tempos-rítmicos diferentes, várias nações, incluindo as supremacias econômicas de época, desencadearam processos produtivos em territorialidades exclusivas, de forte presença do Estado como gestor econômico e social. Os autores acentuam, de forma remissiva, que para o novo mundo, particularmente, o latino-americano, após a conquista, ao se transferirem as estruturas dos Estados conquistadores, dificultou-se o estabelecimento de condições adequadas a um processo próprio e evolutivo de desenvolvimento e valorização social.

Em desigualdades estruturais historicamente construídas, estabeleceu-se, ao natural, o processamento da construção de Estados paternalistas na América Latina. Grandes estruturas burocráticas de apoio às oligarquias nacionais e os generosos benefícios às empresas multinacionais conduziram à situação dúbia de desenvolvimento e pobreza. Por outro lado, o agigantamento do Estado e sua ação intervencionista generalizada ergueram uma plataforma de interesses pessoais e corporativos com poder e influência que desembocariam em graves enlaces de corrupção. A democracia representativa, o Estado político e suas instituições se tornaram frágeis e sobre elas vários atentados foram perpetrados. Como afirma Touraine (1999, p.367) "não existe democracia onde reinam o dinheiro, o clientelismo, o espírito cortesão, as gangues ou a corrupção". O mais trágico é que essa é ainda uma verdade muito presente.

Na América Latina, por origem, organização política de dominação por tempo demasiado e estrutura de produção feudal trasladada o retardamento no tempo-rítmico de desenvolvimento foi uma fatalidade. Salvacionismos políticos, populistas, demagógicos e quase sempre tirânicos preservavam estruturas rurais que mais se aproximavam do feudalismo agrário do que de um novo evento político-nacional renovador e avançado. Mudanças e rupturas nas estruturas institucionais, políticas públicas voltadas ao fortalecimento do desenvolvimento interno, principalmente, em infra-estrutura física, educacional e cultural não ocorreram na dimensão necessária. Sem base sólida para o desenvolvimento interno capaz de sustentar uma forte participação na política econômica externa, os países latino-americanos tornaram-se presas fáceis do mercado das dívidas públicas.

Essa realidade vem, no presente, dificultando os entendimentos entre os países latinos ao estabelecimento de alianças estratégicas, formação de um sólido bloco econômico, associações de livre comércio e a geração de capital intelectual; esse, particularmente, de fundamental importância na ordem global. Somente com produtos primários, sem agregação de valor, predominantes no peso maior das exportações latinas, sem a ampliação dos horizontes do conhecimento que possam gerar ciência e alta tecnologia, a integração regional e transregional ficam postergadas indefinidamente; é uma possibilidade inconsistente no quadro atual das redes globais de produção e desenvolvimento, ressaltando-se alguns nichos tecnológicos expressivos em desenvolvimento, particularmente no Brasil.

5. Conclusão

Este estudo visou identificar algumas variáveis do processo de desenvolvimento da América Latina e o posicionamento geoestratégico atual na ordem econômica global. Foi estabelecida a conceituação de tempo-rítmico de desenvolvimento como o movimento das atividades econômicas, sociais e culturais formadoras, em escalas diferenciadas, do impulso pela evolução das sociedades latino-americanas. Os tempos-rítmicos de desenvolvimento em cada nacionalidade são representativos de mudanças, inovações e conformações dinâmicas capazes de vencer a estagnação, a dependência e o conformismo lógico da condição periférica em relação às hegemonias do desenvolvimento.

Os projetos de desenvolvimento não tiveram a extensão e a perenidade suficientes para garantir uma inserção vantajosa na economia global. A América Latina ficou, nas três últimas

décadas, deslocada dos grandes investimentos produtivos globais. Enquanto isso um novo pólo, econômico, financeiro e tecnológico, instalou-se na Ásia. Sem um bloco econômico forte, sem alianças estratégicas relevantes e sem projetos de desenvolvimento interno expressivos, a América Latina parece fora da realidade global.

A economia global é uma realidade. Pode ser um primeiro passo para início de uma sociedade global no sentido de gestão compartilhada de interesses e de problemas comuns. Isso não significa necessariamente dependências, subordinações, perdas de identidade, de soberania e de territórios. As tecnologias da informação encurtam gradativamente o tempo-espaço ao redor do mundo. As tecnologias de ponta proporcionam acontecimentos em tempo real, de interesses comuns a todos os países, com potencial para induzir ao desejável fim dos antagonismos beligerantes e a ascensão de solidariedades mais claramente definidas.

Os caminhos da sociedade do futuro são imprevisíveis. A América Latina, com suas diversidades étnicas, raciais e culturais precisa elaborar uma equação política que lhe permita uma aproximação de ideais capazes de fortalecê-la perante o mundo. A globalização não é uma temática em si. Ela é uma significação semântica de processos econômicos, sociais e culturais que se desenvolve, se efetiva e concretiza como realidade do tempo-espaço atual na dimensão transnacional. As geoestratégias de produção, circulação e consumo é que são globais; conformação de lugares-globais a configurar o mapa dos espaços econômicos, de produção, de distribuição, de poder e de gestão de territórios em nível mundial.

A geoestratégia e a gestão nos formatos dinâmicos atuais avançam o conhecimento, a produção e as relações internacionais. A América Latina não está bem enquadrada nesse novo cenário. Os países latinos, agindo isoladamente, ficam sujeitos aos fluxos de demandas e decisões de estruturas coletivas transterritoriais com poder de supremacia econômica e tecnológica. A dialética global precisa ser entendida como uma etapa na evolução das atividades produtivas, na geração de conhecimento e na solidariedade entre as nações.

Presentemente, há uma condição econômica global favorável ao desenvolvimento, à estabilidade, e às trocas internacionais. Alguns países, em outros continentes, ao renovarem suas estruturas, aprimoraram suas instituições básicas, principalmente, a educação, os programas de ciência e tecnologia, a infra-estrutura física e a logística transterritorial, produzindo cenários de desenvolvimento em níveis surpreendentes. No conjunto, a América Latina tem índices de desenvolvimento incompatíveis com a prosperidade global. Países latinos apresentam dados de crescimento como bons sinais vitais das economias nacionais. Mas esses dados quase sempre se referenciam ao mundo financeiro, sem correspondência na área social.

A retomada de projetos nacionais de desenvolvimento, com destaque para a educação, ciência, tecnologia e infraestrutura, o fortalecimento de alianças estratégicas transterritoriais e a formação de grandes associações para o livre comércio são algumas indispensabilidades geoestratégicas e de gestão para a América Latina assumir nova postura frente ao mundo global.

(Nota: Esse artigo foi originalmente publicado na revista impressa "Asuntos Económicos y Administrativos, Universidad de Economía y Administración de Empresas da Facultad de Economía y Administración de Empresas, Colômbia).

BIBLIOGRAFIA

BARQUERO, Antonio Vázquez (2001). **Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização**. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio grande do Sul.

BOISIER, Sergio (2005). **¿Hay espacio para el desarrollo local en la globalización?** Santiago: Revista da Cepal, 86, p.47-62.

BOXER, Charles R. (2007). **A Igreja militante e a expansão Ibérica: 1440-1770**. São Paulo: Companhia das Letras.

CANCLINI, Néstor García (2005). **La globalización imaginada**. Buenos Aires: Paidós.

DE BEM, Judite Sanson (2003). **Estado & economia na América Latina: a construção do**

pensamento neo-estruturalista cepalino. Passo Fundo (RS): Clio Livros.

DONGHI, Túlio Halperin (2005). **História da América Latina. Rio de Janeiro: Paz e Terra.**

FURTADO, Celso (2000). **Introdução ao desenvolvimento:** enfoque histórico-estrutural. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

GALEANO, Eduardo (1978). **As veias abertas da América Latina.** Rio de Janeiro: Paz e Terra.

IGLESIAS, Enrique V. (2006). **El papel del Estado y los paradgmas econômicos en América Latina.** Santiago: Revista de la Cepal, 90, p.7-15.

KARNAL, Leandro, PURDY, Sean, FERNANDES, Luis E., MORAIS, Marcus V. De (2007). **História dos Estados Unidos:** das origens ao século XXI. São Paulo: Editora Contexto.

KUCZYNSKI, Pedro-Paulo & Williamson, John (2004). **Depois do Consenso de Washington:** Retomando o crescimento e a reforma na América Latina. São Paulo: 2004.

LAS CASAS, Frei Bartolomé (2001). **O paraíso perdido:** a sangrenta história da conquista da América. Porto Alegre: L&PM/descobertas.

MÉSZÁROS, István (2004). **O poder da ideologia.** São Paulo: Boitempo Editorial.

OHMAE, Kenichi (1996). **O Fim do Estado-Nação:** a ascensão das economias regionais. Rio de Janeiro: Editora/Campus.

RIBEIRO, Darcy (1970). **As Américas e a civilização:** processo de formação e causas do desenvolvimento desigual dos povos americanos. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

ROJAS, Carlos A. Aguirre (2004). **América Latina:** história e presente. Campinas (SP): Papirus Editora.

SACHS, Ignacy (2006). **Existe uma ética particular para a pesquisa para o desenvolvimento?** São Paulo: Boletim Informações Fipe, março, p.11-15.

SARLO, Beatriz (2006). **Escenas de la vida posmoderna.** Buenos Aires: Seix Barral.

SASSEN, Saskia (1999). **Territórios e territorialidade na economia global.** In: BARROSO, João Rodrigues (Coord.) Globalização e identidade nacional. São Paulo: Editora Atlas, p.100-119.

SILVEIRA, Maria Laura (2004). **Continente em chamas:** globalização e território na América Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

TOURAINÉ, Alain (1999). **Crítica da modernidade.** Rio de Janeiro: Editora Vozes.

VIEIRA, Euripedes Falcão; RANGEL, Susana Salum (1993). **Geografia econômica do Rio Grande do Sul:** espacialidade/temporalidade na organização econômica rio-grandense. Porto Alegre: Sagra-DC Luzzatto/Editores.

VIEIRA, Euripedes Falcão; VIEIRA, Marcelo Milano Falcão (2004). **A Dialética da pós-Modernidade: a sociedade em transformação.** Rio de Janeiro: FGV Editora.

VIEIRA, Euripedes Falcão; VIEIRA, Marcelo Milano Falcão (2007). **A Nova modernidade:** transterritorialidade e poder global. Porto Alegre: Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, ano 86, nº 141, p.20-36.

VIEIRA, Euripedes Falcão; VIEIRA, Marcelo Milano Falcão (2003). **Espaços econômicos:** geoestratégia, poder e gestão do território. Porto Alegre: Editora Sagra-Luzzatto.

[1] Euripedes Falcão Vieira é Doutor em Geografia pela Universidad Del Salvador, Buenos Aires e Bacharel em Ciências Políticas e Econômicas pela Fundação Universidade Federal do Rio Grande (RS); Membro do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, Brasil. Interesses atuais de pesquisa: geoestratégia dos espaços econômicos globais; poder e gestão de territórios; desenvolvimento sócio-territorial. E-mail: **euripedesfalcao@gmail.com**.

[2] Marcelo Milano Falcão Vieira é Ph.D. em Administração pela University of Edinburgh, Escócia. Professor da Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas da Fundação Getúlio Vargas (EBAPE/FGV), no Rio de Janeiro, Brasil. Interesses de pesquisa: formação e estruturação de campos organizacionais, organizações e poder; organizações e desenvolvimento sócio-territorial. E-mail: **marcelo.vieira@fgv.br**

[3] A categoria tempo-rítmico pode ser classificada em uma taxonomia composta de três tipos de dinâmicas para o desenvolvimento: a) retardatário, cujo processo é de baixo sentido evolutivo; b) lento, cujo processo é pouco dinâmico; e c) acelerado, cujo processo é ancorado em mudanças e inovações permanentes.